

A última peça deste Caderno é um conto de André Carpentier, escritor, crítico, editor e professor da UQAM. Carpentier escreve um tipo de literatura com traços fantásticos. Seu conto foi traduzido do francês por Núbia Jacques Hanciau, doutoranda do PPG-Letras, com a colaboração de Maria Alice Duprat Espíndola.

Eloína Prati dos Santos
Coordenadora do NEC-RS

Lendo a pós-colonidade, lendo o Canadá¹

Diana Brydon²
Tradução: Magali Sperling³

I. Combatendo um duplo apagamento

Embora todas as culturas existentes passem por freqüentes reinvenções, o repensar contemporâneo do Canadá tem sido exacerbado pelas negociações constitucionais sobre os acordos do Lago Meech e de Charlottetown e pelo recente referendo no Quebec, assim como pelos desafios ao multiculturalismo oficial e seu status secundário dentro do modelo bicultural de nacionalidade do Canadá. Esses desafios foram lançados durante os anos oitenta pelos separatistas quebequenses, pelos grupos de Primeiras Nações e por pessoas de cor. Essa renegociação atual do Canadá e do canadianismo acontece dentro de um contexto pós-colonial, nem sempre completamente entendido ou reconhecido, tanto por seus participantes, quanto por seus analistas.

Os debates sobre a nacionalidade canadense e a relevância do pós-colonialismo, embora vistos freqüentemente como distintos, estão, na verdade, relacionados de formas importantes para a compreensão canadense. As duas disciplinas acadêmicas -- a crítica literária canadense e os estudos literários pós-coloniais -- tornaram-se possíveis através da descolonização e foram formadas dentro de contextos definidos. Porém, suas diferentes trajetórias apenas ocasionalmente cruzavam o mesmo caminho, sem estabelecer relações de influência. A história literária canadense foi escrita e os cânones foram formados sem maior atenção a questões pós-coloniais. E, hoje, a trajetória das contribuições canadenses para os estudos pós-coloniais está sendo apagada tanto da história literária canadense, quanto das considerações atuais sobre pós-colonialismo.

A teoria pós-colonial está atualmente proliferando em um ritmo surpreendente, de tal maneira que parece preferível substituir sua forma singular pela plural. Escrever sobre teorias pós-coloniais é reconhecer a multiplicidade e a incompatibilidade fundamental de muito do que hoje é rotulado como pós-colonial. Debates sobre a definição correta desse campo de estudos e sua missão adequada mostram-se carregados de empolgação e, algumas vezes, agressividade. Uma forte noção compartilhada por todos de que essas questões são importantes e valem a pena ser contestadas resultou, até agora, em pouco consenso sobre a história, o foco de interesse e as fronteiras desse campo.

¹Publicado por especial permissão da autora e de *Essays on Canadian writing*, n. 56, 1995, p. 1-19, e de Robert Lecker, Editor. O texto foi editado para esta publicação.(NT)

² Universidade de Ghelph, Ontário, Canadá.

³ Instituto de Letras - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Entretanto, muitos dos debates mais intensos concentram-se no problema de como situar e avaliar a produção cultural dos países que foram tomados pelo que se chama de invasor-colonizador, tais como o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia.⁴ Em *Debates pós-nacionais: a política do romance anglófono canadense desde 1967*⁵, Frank Davey vê a ficção contemporânea canadense de língua inglesa como uma indicação da chegada do estado pós-nacional. Um contexto mais amplo para o que Davey chama de “pós-nacional” está sendo compreendido dentro da esfera de conflitos entre a cultura literária canadense e os dilemas pós-coloniais, incluindo uma herança colonial insuficientemente reconhecida nas nossas histórias e críticas nacionais.

O Canadá ainda não produziu obras equivalentes à leitura pós-colonial da identidade australiana de Bob Hodge e Vijay Mishra em *O lado escuro do sonho: a literatura australiana e a razão pós-colonial*, a qual lê as produções culturais dos colonizadores brancos e dos povos aborígenes em termos de seus contatos transculturais sob o colonialismo; tampouco produziu equivalentes à leitura mais pós-moderna e descontinuamente pós-colonial da cultura australiana como a de Rob Gibson em *Sul do oeste: pós-colonialismo e a construção narrativa da Austrália*. Essas importantes obras situam os atuais debates culturais australianos dentro de contextos pós-coloniais e pós-modernos mais amplos. Mas o debate australiano é culturalmente específico para a Austrália. As necessidades canadenses nos levam a direções diferentes e certamente distantes de grandes expressões, tais como o momento pós-colonial, a mentalidade pós-colonial ou o intelecto pós-colonial. Entretanto, é válido considerar por que tais iniciativas não aconteceram no Canadá e para onde nossos interesses intelectuais concentraram-se ao invés disso. Por exemplo, *O limiar da diferença: crítica feminista, escrituras de mulheres nativas, teoria pós-colonial*, de Julia V. Emberley, concentra-se no cruzamento das teorias feminista e pós-colonial, mas deixa o problema do pós-colonialismo de invasor-colonizador não resolvido, para concentrar-se, ao invés disso, no que ela denomina (de acordo com Paul Tennant) de “colonialismo interno” (131) do povo nativo. O mais problemático é que ela assume que a teoria pós-colonial é

⁴ Por muitos anos, o Canadá foi descrito como uma colônia de assentamento. No final dos anos 80, a crítica pós-colonial modificou a descrição para “colono-invasor” a fim de lembrar aos leitores que, do ponto de vista dos povos indígenas, cujas terras foram roubadas, o “assentamento” era, na verdade, uma invasão. Inverti os termos aqui para sociedades de “invasor-colonizador”, para trocar a ênfase de duas narrativas históricas opostas e para enfatizar que a narrativa de assentamento em si só obstrui e nega o fato anterior, ou seja, a invasão. Ao invés de acrescentar o modificador “invasor” à narrativa primeira do conquistador, a qual celebrava o assentamento, a prioridade, na verdade, deveria ser dada ao fato inicial da invasão. (NA)

⁵ Os títulos das obras foram traduzidos para facilitar a leitura do texto. Ao final do trabalho há uma lista das obras citadas pela autora, com todos os títulos originais, a maioria dos quais ainda não possui tradução para o português. (NT)

exclusivamente metropolitana e terceiro-mundista em sua origem, ignorando as contribuições canadenses e da Comunidade das Nações para seu desenvolvimento.

Dentro dos estudos literários canadenses, o engajamento sério com as implicações que a teoria pós-colonial tem com o pensamento canadense tem sido raro. No entanto, existem obras que correm perigo de ser esquecidas, já que críticos metropolitanos rescrevem a história do pós-colonialismo para apontar origens metropolitanas para uma disciplina que, na verdade, tem começos múltiplos e heterogêneos dentro de diferentes locais coloniais, pós-coloniais e metropolitanos.

II - Pós-colonialismo no Canadá

A história da crítica pós-colonial nos estudos literários canadenses é descontínua. Ela é marcada por uma série de iniciativas fracassadas e por poucos debates publicados, apesar de figuras-chave da transição, como W. H. New, trabalharem, simultaneamente, nos dois campos. Essa dupla colocação, longe de ser uma vantagem, poderia ter levado a uma subestimação da importância de New como uma figura orientadora na formação desses dois campos. *Entre mundos: uma introdução à ficção moderna sul-africana e da Comunidade das Nações*, publicada em 1975, ainda não recebeu o devido reconhecimento pela reorientação das ortodoxias disciplinares de seu tempo. Sua originalidade e relevância permanente parecem ter sido menosprezadas devido a suas origens canadenses e à modéstia de sua apresentação.

O artigo de Donna Bennett “As complexidades pós-coloniais do Canadá inglês” começa a documentar uma história do pós-colonialismo no Canadá, mas sua descrição só poderia ser parcial, particularmente por essa história ter sido truncada e sua documentação dispersa. Ainda restam muitas lacunas no registro histórico. Além disso, inevitavelmente, sempre haverá desacordos sobre as nuances de interpretação. Eu não concordaria com Bennett sobre a atribuição de datas e sobre a aceitação de origens estrangeiras para as práticas pós-coloniais no Canadá. Ela afirma que “o uso da perspectiva pós-colonial como uma forma de olhar para os estudos literários começou no final dos anos setenta, entre os críticos australianos” e que “seu impacto nos estudos literários canadenses não foi sentido antes da década de noventa” (165). Minha própria experiência nesse campo foi diferente. Houve iniciativas anteriores, mas elas parecem ter levado a fins estereis, pelo menos durante algum tempo, e hoje correm o risco de serem esquecidas.

Relatos anteriores sobre esse desenvolvimento (não citados por Bennett), fornecem genealogias diferentes. Na introdução da obra *Literatura australiana/canadense em inglês: perspectivas comparativas*, Russel McDougall e Gillian Whitlock identificam um início institucionalizado para os estudos literários pós-coloniais no diálogo entre os críticos australianos e canadenses, inicialmente encorajados pelo estatuto do “Projeto Territórios” do Conselho de Pesquisa em Humanidades do Canadá, nos anos 50 (4). Além disso, eles localizam discussões

sobre essas afinidades literárias ainda anteriormente, no final do século XIX. Suas narrativas estão mais próximas da minha própria experiência sobre os desenvolvimentos nesse campo. Eles ressaltam que, após as iniciativas comparativas da década de 50 e início da de 60, “uma perspectiva monocultural tem sido crescente” (9), mas um novo desafio a esse crescimento foi lançado no final da década de 70 e início da de 80.

Essa perspectiva monocultural garantiu que poucos canadianistas lessem alguns textos além de uma definição estreita de suas disciplinas, frequentemente ignorando trabalhos publicados além-mar ou em revistas dedicadas a perspectivas comparativas e a outras literaturas nacionais que lidavam com o colonialismo e suas consequências. O resultado foi limitante por várias razões. O artigo de Bennett é oportuno aqui por reiterar a adequação do Canadá como “um laboratório ideal para o estudo da escrita pós-colonial” (172). Essa é uma posição que parece ter vindo de Sylvia Söderlind. Entretanto, precisamos questionar por que afirmações anteriores dessa mesma posição, tais como o artigo “Outro prefácio para uma antologia não reunida: a crítica canadense no contexto da Comunidade das Nações” (1973) de R T Robertson, o editorial de John Moss em 1975 na *Revista de ficção canadense*, ou meu artigo “A literatura australiana e a comparação canadense”, parecem não ter levado a lugar algum. Bennett apresenta uma narrativa preliminar das obras canadenses nesse campo e uma justificativa, mas ela não consegue fazer uma descrição completa do âmbito do debate que animou o pensar pós-colonial no Canadá antes de ter se tornado reconhecido internacionalmente pelos centros metropolitanos, devido ao fato de o material relevante estar muitas vezes esgotado e demandar uma história muito mais complexa do que pode ser executada em apenas um artigo.

Bennett afirma que o pós-colonialismo entrou na consciência canadense somente no final da década de 70 e início da de 80. Isso é verdadeiro se nos referirmos ao termo no seu presente uso ampliado, mas não se nos referirmos ao conceito, nem a uma análise atenta, tanto à identificação de mentalidades e cumplicidades coloniais, quanto a políticas de resistência, alternativas e não-repressivas. Essas já existiam há muito tempo. Vários críticos canadenses descrevem que suas próprias introduções ao campo deram-se através da crítica da Comunidade das Nações em *Construindo conexões: estudos de literatura da Comunidade das Nações -- antes e agora* (1989), uma coletânea editada por Hena Maes-Jelinek, Kirsten Holst Petersen e Ann Rutherford. Nesse volume, em um artigo intitulado “Lendo como resistência na literatura pós-colonial”, Stephen Slemon apresenta uma história sofisticada sobre como a crítica literária da Comunidade das Nações tornou-se pós-colonial, descrevendo de maneira convincente as formas nas quais uma “desobediência capacitadora” (113) à Nova Crítica conduziu os praticantes da Comunidade das Nações ao pós-colonialismo,

afirmando que “o que mudou aqui é a ‘modalidade’ de nossas práticas críticas, não sua característica chave” (113).

Arun Mukherjee, na introdução de sua importante obra *Em direção a uma estética de oposição: ensaios em literatura, crítica e imperialismo cultural*, uma coletânea de artigos publicados entre 1984 e 1987, afirma, no entanto, outra posição pós-colonial vinda de um lugar mais ou menos localizado dentro da Comunidade das Nações, permitindo o que ela chama de “espaço para um ponto de vista alternativo” (8). Esse artigo foi, agora, reeditado de uma forma ampliada como parte de seu novo livro intitulado *Estética de oposição: leituras de um espaço hifenizado*. Outra trajetória de inflexão teórica trouxe Tony Wilden para o pós-colonialismo, trajetória essa narrada em sua análise injustamente negligenciada do pós-colonialismo canadense, que intitula-se *O imaginário canadense* (1980). Tanto Mukherjee quanto Wilden questionam a instituição dos estudos ingleses. O primeiro de uma posição terceiro-mundista e o segundo de uma pós-estruturalista. Meu interesse aqui é mostrar que o debate não só começou anteriormente, mas foi muito mais desenvolvido e expressou um leque maior de opções do que mostra a descrição de Bennett, a qual assume uma origem estrangeira para o pensamento pós-colonial.

Meu primeiro contato com a teoria pós-colonial foi em 1968, quando li *Os infelizes da terra*, de Frantz Fanon, em meu primeiro ano de aula de história na Universidade de Toronto. Em 1972, numa aula de pós-graduação sobre a literatura da Comunidade das Nações na mesma universidade, ministrada por Jim Howard, usamos *Pele negra, máscaras brancas* de Fanon para enquadrar nossa estrutura interpretativa para análises teóricas. Isso seria, ainda hoje, considerado uma impecável abordagem pós-colonial. As obras *O colonizador e o colonizado* e *Homem dominado*, de Albert Memmi, disponíveis em inglês em 1965 e 1968, também foram lidas durante esse período no Quebec e no Canadá inglês como se estivessem falando diretamente com as experiências canadenses. Elas faziam parte da estrutura discursiva canadense para o entendimento do mundo durante o fim da década de 60 e início da de 70.

Histórias que identificam Edward Said como o iniciador da análise pós-colonial engajam-se em um esquecimento perigoso desses precursores. Sugerir, como faz Linda Hutcheon em “Erupções da pós-modernidade: o pós-colonial e o ecológico”, que *Belos perdedores* (1966), de Leonard Cohen, “ofereceu uma visão do que vinte e cinco anos mais tarde os teóricos pós-coloniais chamariam de complexidades da interdependência do colonizador e do colonizado” (158) é esquecer o quão centrais essas questões eram no clima em que Cohen escreveu. A teorização pós-colonial não começou vinte e cinco anos depois. Apesar de Bill Ashcroft, Gareth Griffiths e Helen Tiffin, autores de *O império contra-escreve: teoria e prática nas literaturas pós-coloniais*, afirmarem que o pensamento pós-colonial, em termos de resistência ao imperialismo e às estruturas discursivas

imperiais, começou com a imposição do pós-colonialismo, tais resistências pós-coloniais começaram a atrair a atenção da metrópole depois do final da Segunda Guerra Mundial, quando países anteriormente colonizados recuperaram ou estabeleceram, pela primeira vez, suas independências formais. Certamente, Memmi falou da “dependência implacável” (ix) do colonizador e do colonizado no prefácio da obra *O colonizador e o colonizado*, publicada em francês em 1957 (possivelmente com ecos da descrição de Sartre sobre os anti-semitas e os judeus), e Fanon psicanalisou exaustivamente essa condição em *Pele negra, máscaras brancas*, publicado também em francês em 1952. Cohen fez essas análises dialogarem com as preocupações canadenses em *Belos perdedores* de tal maneira que alguns críticos literários da época foram capazes de reconhecer, mesmo se, como afirma Hutcheon, ortodoxias disciplinares os conduziram para longe dessas constatações.

Enquanto Hutcheon está certamente correta em reconhecer que as teorias formalistas de Northrop Frye tiveram um prestígio acadêmico maior na década de 60 do que as estratégias de leitura pós-coloniais, essas outras opções teóricas estavam sendo oferecidas na Universidade de Toronto, mesmo nos anos de reconhecimento de Frye, talvez somente em cursos de história e literatura da Comunidade das Nações. Influenciada por eles, viajei para a Austrália em 1973 para começar meu doutoramento, procurando deliberadamente por uma estrutura comparativa ampliada que poderia adaptar as constatações de Fanon e Memmi para o contexto canadense de sociedade-colonizada. Também fui inspirada pelo cuidadoso trabalho histórico e comparativo de John Pengwerne Matthews em *Tradição no exílio* e sabia que outros canadenses, tais como Jack Healy e Bruce Nesbitt, haviam me precedido.

A continuidade que estou identificando entre a crítica anterior do colonialismo canadense e as críticas pós-coloniais atuais é principalmente um fenômeno do Canadá inglês. Jonathan Hart demonstra que “‘teoria pós-colonial’ é um termo aceito em inglês, mas que não é usado em outras línguas, como o francês” (71). Pouco diálogo seguiu-se entre o pós-colonialismo do Canadá inglês identificado aqui e os conflitos anticoloniais do Quebec. Como afirma Caroline Bayard na apresentação de suas razões para produzir “um livro sobre o discurso crítico nos dois Canadás” (“Languages”, 9) “de um modo geral, cada discurso crítico tem sido complacentemente voltado em direção às suas próprias fontes de vitalidade metodológica e seus desenvolvimentos, ao invés de explorar fontes mútuas ou as características que poderiam ser divididas com outros” (9). Ela mesma mostrou, em seu artigo “*Dos Nègres blancs d’Amérique (1968)* à Kanesatake: um olhar sobre as tensões do Quebec pós-moderno”, como as análises das intersecções entre pós-modernismo e pós-colonialismo poderiam fechar essa lacuna. Investigações das heranças eurocêntricas e orientalistas compartilhadas podem também ajudar a unir essa divisão crítica entre o Quebec e o resto do

Canadá. Uma iniciativa promissora e conjunta é a obra co-editada por Jocelyne Doray e Julian Samuel intitulada *A jangada da medusa: cinco vozes sobre colônias, nações e histórias*, que endereça explicitamente as implicações da análise pós-colonial para o entendimento do Quebec e do Canadá inglês.

Ao defender um registro histórico mais ampliado do pós-colonialismo no Canadá que possa descrever o trabalho desses críticos e professores anteriores, estou afirmando que existe um modo especificamente canadense inglês de ler o Canadá e o pós-colonialismo, contra um outro que formou um tipo de “conhecimento subjugado” (colocando isso em termos Foucaultianos) que percorre nossa história literária apesar de nossos repetidos esquecimentos. R. Radhakrishnan descreve a formação contraditória de tais conhecimentos subjugados: “eles sempre existiram na história, mas no domínio da teoria, foram escritos fora da existência real. Dentro dos auspícios da teoria dominante, sua realidade histórica e material foi desistoricizada e relegada à não-existência” (63-64). Bennett e Hutcheon, ao iniciarem a recuperação desses conhecimentos, começaram um diálogo que pode ser continuado. Seus trabalhos sobre a recuperação de histórias hoje consideradas não-existent, nos possibilitam perguntar qual investimento os canadianistas poderiam ter tido ao promover tal processo de esquecimento.

A resposta pode estar, em parte, nas contradições não resolvidas da herança invasora-colonizadora do Canadá. Os canadenses não-nativos transitaram da negação ao reconhecimento de sua culpa pela invasão e roubo das terras das Primeiras Nações, mas essa transição é mais fácil do que reconhecer a cumplicidade atual e contínua dos modelos de dominação imperialistas epistemológicos e econômicos. A culpa é uma emoção paralisante e autocomplacente. Ela desculpa a inércia e cria um certo tipo paradoxal de prazer na auto-recriminação. Por outro lado, reconhecer a cumplicidade é muito mais ameaçador. É fácil designar alguém como sendo a vítima de outro que tem a identidade do opressor, usando essa nova identidade como uma desculpa para a inércia contínua e mesmo para a autocongratulação pela sua inércia. Paradoxalmente, a culpa permite a alguns canadenses ingleses continuarem sentindo-se como vítimas, mesmo depois de decidirem que não são mais os colonizados (como, por exemplo, Margaret Atwood assume em *Sobrevivência: um guia temático para a literatura canadense*), mas são agora os colonizadores (da perspectiva dos povos nativos). É muito difícil imaginar alguém fora do binarismo do opressor versus oprimido, como cúmplice de um sistema que pode ser analisado e modificado, no qual não é tarde demais para agir⁶. A crítica pós-colonial no Canadá abordou essa consciência de cumplicidade muitas vezes, mas nós sempre recuamos do abismo que se descortinou diante de nós: a possibilidade, na verdade, a necessidade de se iniciar uma mudança radical na maneira como nossa sociedade

⁶ Para uma análise mais detalhada dessa culpa incapacitadora, ver Perreault. (NA)

é organizada e compreendida. Esse tipo de pós-colonialismo está em todos nós: mesmo se herdamos identidades dos grupos de Primeiras Nações, dos Métis, dos quebequenses, dos invasores-colonizadores, dos imigrantes ou dos grupos étnicos. Se desejamos compreender as complexidades desses pós-colonialismos emergentes, então devemos continuar com a análise pós-colonial das sociedades de invasor-colonizador.

Sylvia Söderlind, em artigo na antologia *Ensaio sobre a escrita canadense*, ao dizer que a reivindicação canadense da pós-colonialidade constitui nossa “sorte moral”, refere-se a um tom autocongratatório inerente a algumas retóricas pós-coloniais, mas combina o tom com a substância do argumento. As estratégias de leitura pós-coloniais não concedem superioridade moral, nem inferioridade, tanto à crítica quanto ao assunto, mas, ao invés disso, levam em consideração as condições materiais nas quais o crítico encontra a si mesmo, condições que são, raras vezes, moralmente definidas. Da mesma forma que o politicamente correto, o pós-colonialismo está sendo caracterizado como um “sistema de crenças” (Bennett, 1996) vanguardista e sem-graça, de tal forma que deslegitima suas exigências justificáveis por mudança. Esse tipo de supersimplificação de um fenômeno complexo, como as afirmações de Bennett de que “a crítica pós-colonial tornou-se profundamente antinacionalista” e de que “o pós-colonialismo internaliza um modelo evolutivo ...” (195) parece-me uma representação incorreta, que falha em reconhecer as suposições e valores genuinamente diferenciados, pontos e objetivos iniciais, que a crítica pós-colonial está utilizando.

Por outro lado, grande parte da crítica pós-colonial identifica tal modelo evolutivo com os hábitos de pensamento colonialistas, vendo a descolonização como um processo de ruptura com as imposições imperialistas entre tradição e modernidade e com afirmações imperialistas sobre o progresso, a natureza da mudança e o significado da maturidade cultural. Enquanto é verdade que uma certa parte do pós-colonialismo cosmopolita continua desconfiado de nacionalismos de qualquer tipo, um número maior de críticos pós-coloniais, talvez melhor representados por Aijaz Ahmad em *Na teoria: classes, nações, literaturas*, está insistindo na existência de muitos tipos diferentes de nacionalismo, todos eles precisando ser compreendidos em contexto. Entendo que a teoria pós-colonial requer de nós uma atenção cuidadosa em relação a categorias de nação e aos muitos tipos diferentes de nacionalismo, para os quais a nação pode chamar-nos em épocas diversas. Tal interpelação pode ser especialmente abastecida num país como o Canadá, onde foi possível esquecer que nossa identidade nacional não é nem unificada, nem natural, mas algo que trabalhamos para reinventar e proteger todos os dias. As implicações para o Quebec, como nota Marvan Hassan, são igualmente complexas (90-93).

III. O pós-colonialismo das colônias de assentamento

Os maiores argumentos a favor da inclusão das sociedades de invasor-colonizador dentro do meio pós-colonial aparecem em *O império contra-escreve* de Ashcroft, Griffiths e Tiffin, em *Depois da Europa*, de Slemon e Tiffin, em *Ficções descolonizantes* de Brydon e Tiffin e em artigos-chave de Alan Lawson e Stephen Slemon. Argumentos contra sua inclusão são casuais em muitos lugares, mas recebem uma expressão consolidada em algumas partes do material introdutório às seleções da obra *Discurso colonial e teoria pós-colonial: uma leitura*, editada por Patrick Williams e Laura Chrisman.

Essas objeções merecem um exame mais detalhado. Williams e Chrisman apresentam dois grandes obstáculos à descrição de pós-colonial para países como o Canadá: primeiro, devido às “suas implicações no capitalismo contemporâneo”; segundo, devido a suas “relações históricas” com o colonialismo (4). Do meu ponto de vista, essas duas condições fornecem fortes razões para a inclusão da análise da cultura canadense dentro dos estudos pós-coloniais. O colonialismo e o imperialismo abasteceram o desenvolvimento do capitalismo; suas relações precisam ser examinadas para ser compreendidas. Da mesma forma, se o pós-colonialismo não investigar a cadeia de relações históricas das colônias com o sistema colonial, ele nunca terá uma perspectiva completa sobre o colonialismo e sobre como combater seus efeitos negativos. Acredito que o pós-colonialismo se mostrou mais útil como uma tentativa localmente situada, provisória e estratégica de se pensar nas consequências do colonialismo de forma abrangente e de se imaginar alternativas não-repressivas para seu regime discursivo. Para mim, é mais uma política ativista e intervencionista e uma forma de pensar do que um objeto estático de investigação. Afirmar, como fazem Söderlind e Bennett, que o pós-colonialismo deve ser sempre “subversivo” e limitado a adotar uma “posição de resistência à metrópole” (Bennett 198, 199) é, entretanto, supersimplificar relações potencialmente mais complexas.

Uma equiparação semelhante do pós-colonialismo com resistência à metrópole aparece para informar as generalizações que Williams e Chrisman fornecem para defender sua exclusão do Canadá do campo pós-colonial. Sobre o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, os quais descrevem usando um discurso racial como “as antigas colônias de assentamento branco”, eles escrevem:

Que essas não eram simplesmente colônias era reconhecido formalmente na época pela Grã-Bretanha, a qual lhes concedia o status de Território. Economicamente e politicamente, suas relações com o centro metropolitano tinham pouca semelhança com as das colônias verdadeiras. Elas não estavam sujeitas ao tipo de medidas coercitivas que as outras colônias estavam e suas estratificações étnicas eram fundamentalmente diferentes. Suas histórias subsequentes, seus desenvolvimentos econômicos e suas localizações atuais dentro das relações capitalistas globais são muito mais metropolitanas do que (pós-) coloniais. (4)

Nessa passagem, a indicação de colônias autênticas e não-autênticas é central para a designação dos editores de um projeto pós-colonial autêntico. *Margem/Pseudônimo: língua e colonização na ficção canadense e quebequense*, de Söderlind, utiliza uma oposição semelhante entre o que chama de “uma situação pós-colonial real - na África” (7) e a adoção canadense da posição marginalizada de pós-colonial como sendo um “pseudônimo” pós-moderno. Na indicação de Williams e Chrisman, a colônia autêntica é implicitamente definida como pobre, não-branca e de resistência, e a não-autêntica como rica, branca e cúmplice. Eles definem o tipo de colônia canadense como não-existente, caracterizando seu desenvolvimento como o oposto ao esperado para aquelas colônias não-relacionadas, mas chamadas de “verdadeiras colônias” (4). Ironicamente, não concedendo o *status* de colonialismo “autêntico” a países como o Canadá, os editores acabam sendo cúmplices na negação e marginalização contínuas da experiência do colonialismo dos povos nativos, bem como da experiência do invasor-colonizador e dos imigrantes. Essa desqualificação do colonialismo canadense parece contradizer a definição anterior de colonialismo dos editores como sendo “a conquista e o controle direto da terra de outro povo” (2). Isso ainda torna mais difícil para os canadenses identificarem e combaterem os tipos particulares de experiências pós-coloniais a que estão atualmente submetidos enquanto assistem sua economia encolher, os empregos desaparecerem e a soberania cultural desgastar-se.

As generalizações utilizadas por Williams e Chrisman para desqualificar as colônias de assentamento do domínio pós-colonial são desconcertantemente vagas. Os motivos para seus argumentos mudam rapidamente, de tal forma que o *status* de Território desliza para metropolitano diante de nossos olhos. Além disso, de forma clara, se o *status* de Território não significa nada, ele marca um posicionamento colonial, não-metropolitano, que é historicamente específico para as sociedades de invasor-colonizador, além de marcar não a fundação dessas sociedades (como William e Chrisman dão a entender), mas seus primeiros passos em direção a um *status* pós-colonial.

O viés ahistórico de se usar o *status* de Território do Canadá, um estado temporário, para congelá-lo para sempre fora do pós-colonial é uma tática particularmente desafiada pelos artigos da antologia *Ensaio sobre a escrita canadense*. O pós-colonialismo não é nem uma coisa, nem um estado essencializado; ao invés disso, ele é um complexo de processos designados a circundar hábitos imperiais e coloniais da razão. Entretanto, se queremos recuperar a especificidade e a localidade histórica do modelo de colônia-território, ele pode se mostrar útil na distinção de padrões de descolonização das colônias de assentamento daqueles padrões alcançados em outros tipos de colônias. O termo “desterritorialização”, cunhado por Jim Davidson para distinguir os movimentos canadenses e australianos por independência, parece ser útil no aperfeiçoamento da

terminologia que precisamos para diferenciar esses diversos tipos de desenvolvimento.

O problema com a formulação do pós-colonial de Williams e Chrisman, ao contrário, é sua designação ahistórica da diferença absoluta e seu exclusivismo rígido. Eles conseguem imaginar somente um tipo de colônia e um único modelo de colonização. Pode ser que a confiança da teoria do discurso colonial nas distinções eu/outro torne tal exclusivismo inevitável. Uma oposição sem solução está se desenvolvendo entre aqueles pós-colonialismos que procuram desafiar modelos binários de pensamento como sendo implicitamente imperialistas e aqueles pós-colonialismos que continuam operando dentro de modelos binários. Frequentemente, nesse último tipo de crítica, encontram-se duas reivindicações recorrentes: uma insistência em se apegar ao binarismo colonizador/colonizado e à definição de um pós-colonialismo de resistência como a única expressão pós-colonial autêntica. Formas cúmplices de colonialismo tornam-se quase impensáveis dentro desse modelo. Como argumenta Slemon,

o novo absolutismo binarista decorrente da acomodação do Primeiro Mundo ao fato da literatura e da crítica cultural pós-coloniais parece estar trabalhando várias formas de conduzir essa região transnacional de culturas ex-coloniais de assentamento para fora do campo da representação literária pós-colonial. O Segundo Mundo da escrita dentro do âmbito do colonialismo corre o risco de desaparecer... porque não oferece um terreno experimental em comum com uma estética “terceiro-mundista”, pois suas modalidades de pós-colonialidade são muito ambivalentes, muito ocasionais e incomuns para inclusão dentro desse campo (“Deslocando o império” 35).

Escrevendo sobre liberação e cultura nacionais, Amílcar Cabral sugere que “é muito menos difícil dominar e continuar dominando um povo cuja cultura é similar ou análoga àquela do conquistador” (60). “Conquistador” pareceria a muitos um exagero do status das cooperações transnacionais, baseadas principalmente nos Estados Unidos, que atualmente dominam a produção e a transmissão cultural no Canadá, ainda que, na verdade, a cultura canadense, apesar de sua semelhança com as culturas britânica e estadunidense, exibe vários traços de uma cultura dominada. Os poucos filmes canadenses que conseguem ser produzidos raramente atingem a distribuição e visibilidade necessárias para cobrir seus custos; as indústrias canadenses de rádio, televisão e livros são dominadas pelo capital estrangeiro. Nossa compreensão dessas questões fica obscurecida se falharmos em reconhecer a história colonial do Canadá e seu presente neocolonial. Se a análise pós-colonial pode colocar isso em primeiro plano, então servirá a um objetivo importante. Entretanto, poderá somente iluminar as histórias e cumplicidades contraditórias canadenses se seu âmbito for além do que o Ocidente acha exótico e, de maneira atraentemente, outro.

Dados tais problemas na definição do alcance do pós-colonial, muitos têm se perguntado se esse é um tema que vale a discussão. Será que ele ajuda os críticos a compreender os debates canadenses atuais sobre o multiculturalismo, o racismo, o pós-modernismo e a apropriação da voz? Ou será que ele obscureceu essas questões através da homogeneização e universalização de uma marginalidade metafórica, a tal ponto desses problemas poderem ser levados ao desaparecimento, ao menos do domínio da discussão teórica? Para aqueles que equiparariam o pós-colonial à simples descolonização oficial ou ao fim do colonial, o termo em si acarreta alguns problemas novos que parecem obscurecer nossa habilidade de fazer distinções úteis entre tipos de colonialismo, pós-colonialismo e descolonização e impede nossa compreensão do papel do racismo ou formas continuadas de dominação sob o neocolonialismo. Essas objeções são narradas de forma perspicaz por Anne McClintock em "O anjo do progresso: as armadilhas do termo 'pós-colonialismo'", mostrando também que o pensamento sobre o pós-colonial inspirou muitos trabalhos valiosos e sua utilidade está longe de ser esgotada.

Os debates sobre a terminologia forneceram material para uma subárea inteira dentro dos estudos literários da Comunidade das Nações durante décadas, antes do "pós-colonial" emergir como o termo preferido, com a publicação de *O império contra-escreve*. Essas discussões, como as que surgiram em torno do pós-colonialismo, servem mais para esclarecer fissuras e problemas dentro da área, do que para conduzir a um acordo sobre seu enfoque e metodologia. Parte do problema está na variedade de significados atribuídos ao "pós-colonial", o qual pode designar um tema, um período ou uma metodologia, sendo que nenhum deles foi satisfatoriamente definido ainda.

Enquanto Williams e Chrisman afirmam que o desenvolvimento canadense tomou formas metropolitanas, McClintock apresenta um argumento de oposição (e para mim muito mais interessante) de que o Canadá ainda não passou pela descolonização e é improvável que passe por ela tão cedo (295), embora nos termos de Davidson, o Canadá tenha sido "desterritorializado". Se a análise pós-colonial pode nos ajudar a compreender essa situação, então seu valor estará provado. Mais do que uma difusão informal da "resistência" e da "subversão", precisamos de uma crítica historicamente fundamentada que pode nos ajudar a compreender as injustiças contemporâneas a fim de combatê-las efetivamente. Entretanto, ao mesmo tempo, devemos ouvir atentamente aos críticos que vêem o pós-colonialismo como uma nova forma de imperialismo, uma nova linguagem que obscurece a compreensão do racismo, ou como uma mera forma de pós-modernismo. Isso aponta ao potencial de se reinstalar, dentro dos estudos pós-colônias, as muitas pressões às quais eles estão procurando se opor.

É importante darmos seguimento à suposição articulada por Bennett de que "fazer perguntas pós-coloniais à literatura do Canadá inglês pode ser produtivo, na medida que não impusermos um único tipo de pós-colonialismo e

enquanto não presumirmos que a perspectiva pós-colonial é a única forma de estruturar o ponto de vista de alguém" (196). Existem limites para as estratégias de leitura pós-coloniais, como em qualquer outra abordagem, incluindo os canadianistas. Mas existem, também, resistências, as quais estamos somente começando a esboçar e limites que estamos começando a testar.

Além do compromisso compartilhado com o engajamento nesse debate, existe a crença de que precisamos "fazer uma distinção mais forte entre o pós-colonialismo de países de assentamento e não-assentamento" (MISHRA e HODGE, "O que é pós(-) colonialismo?" 288), se quisermos nos afirmar nesse termo, afinal, e fazê-lo significar alguma coisa para os canadenses. Reforçar essas distinções sobre os tipos de relações de poder dentro da estrutura pós-colonial parece mais útil do que negar a participação das sociedades de invasor-colonizador nessas formações heterogêneas e pós-coloniais.

Entretanto, não há um compromisso único do pós-colonialismo em si como sendo um conceito organizador. Mukherjee contestou o uso do termo em si em "Pós-colonialismo de quem" e Söderlind, em *Margem/Pseudônimo*, sugeriu que "pode-se afirmar, desde a metade dos anos 60, que o Canadá tornou-se mais pós-moderno e cosmopolita do que pós-colonial" (227). Também na antologia *Ensaaios sobre a escrita canadense*, Söderlind expressa fortes restrições sobre a valorização da teoria sobre as margens, sem dúvida um dos termos empolgantes do pós-colonialismo, ao menos em suas variações pós-modernas. O ensaio de Söderlind aparece como uma forte advertência sobre os perigos de se usar essa metaforização da experiência e de se usar sua estrutura como a pressuposição básica de um debate que procura reafirmar, ao invés de negar, os valores da diferença. Da mesma forma, a discutida relação entre o pós-modernismo e o pós-colonialismo suscita várias reações: da descrença de Söderlind e McDonald sobre sua coincidência, até a tentativa de seu endossamento por Cavell.

O chamamento de McDonald para uma investigação de contextos históricos específicos apoiada em referências de materiais arquivados (como os trabalhos de Murray sobre uma maior atenção às análises institucionais, localizações culturais e uma atenção concreta à história), começa a ser respondido. Este novo enfoque da crítica pós-colonial longe das formulações metropolitanas possibilita uma atenção renovada para os pensadores que trabalharam e ainda trabalham dentro de contextos canadenses, tais como W. J. Alexander, Donald Creighton, Northrop Frye e Linda Hutcheon. As suspeitas de vanguardismo moral, retórica importada, "metanarrativas historicamente empobrecidas" (McDonald) e clichês tendenciosos levam a um privilegiar de uma linguagem de evidências e fundamentada nas particularidades de ser canadense, num reconhecimento completo da definição construída e discutida da própria identidade. Parece existir um compromisso de se estabelecer e sustentar a diferença: as diferenças que fazem

do Canadá realmente o Canadá e as diferenças que continuam a desafiar a formação nacional de uma cultura imigrante e capitalista em uma terra usurpada.

Trabalhos Citados Pela Autora

- AHMAD, Aijaz. *In theory: classes, nations, literatures*. London: Verso, 1992.
- ASHCROFT, Bill, Gareth Griffiths, and Helen Tiffin. *The empire writes back: theory and practice in post-colonial literatures*. New Accents. London: Routledge, 1989.
- BAYARD, Caroline. "From *Nègres blanc d'Amérique* (1968) to Kanesatake (1990): a look at the tensions of postmodern Quebec." *World literature written in English* 30.2 (1990): 17-29.
- _____. "The languages of critical discourse in Canada and Québec 1880-1980." *100 years of critical solitudes: Canadian and Québécois criticism from the 1880s*. Ed. Bayard. Toronto: ECW, 1992. 9-23.
- BENNET, Donna. "English Canada's postcolonial complexities." *Essays on Canadian writing* 51-52 (1993-94): 164-210.
- BRYDON, Diana. "Australian literature and the Canadian comparison." *Meanjin* 38 (1979): 154-65.
- BRYDON, Diana, and Helen Tiffin. *Decolonising fictions*. Sydney: Dangaroo, 1993.
- CABRAL, Amílcar. "National liberation and culture." Williams and Chrisman 53-65.
- DAVEY, Frank. *Post-national arguments: the politics of the Anglophone-Canadian novel since 1967*. Toronto: U of Toronto P, 1993.
- DAVIDSON, Jim. "The de-dominionisation of Australia." *Meanjin* 38 (1979): 139-53.
- EMBERLEY, Julia V. *Thresholds of difference: feminist critique, native women's writings, postcolonial theory*. Toronto: U of Toronto P, 1993.
- FANON, Frantz. *Black skin, white masks*. Trans. Charles Lam Markmann. New York: Grove, 1967.
- _____. *The wretched of the Earth*. Trans. Constance Farrington. New York: Grove, 1963.
- GIBSON, Ross. *South of the West: postcolonialism and the narrative construction of Australia*. Bloomington: Indiana UP, 1992.
- HART, Jonathan. "Traces, resistances, and contradictions: Canadian and international perspectives on postcolonial theories." *Arachné* I.1 (1994): 68-93.
- HASSAN, Marvan. "On and around the raft." With Will Straw. *The raft of the Medusa: Five voices on colonies, nations and histories*. Ed. Jocelyne Doray and Julian Samuel. Montreal: Black Rose, 1993. 89-112.

- HODGE, Bob, and Vijay Mishra. *Dark side of the dream: Australian literature and the postcolonial mind*. Australian cultural studies. North Sydney: Allen, 1991.
- HUTCHEON, Linda. "Eruptions of postmodernity: the postcolonial and the ecological." *Essays on Canadian writing* 51-52 (1993): 146-63.
- LAWSON, Alan. "A cultural paradigm for the second world." *Australian-Canadian studies* 9.1-2 (1991): 67-78.
- MAES-JELINEK, Hena, Kirsten Holst Petersen, and Anna Rutherford, eds. *A shaping of connections: Commonwealth literature studies - then and now*. Sydney: Dangaroo, 1989.
- McCLINTOCK, Anne. "The angel of progress: pitfalls of the term 'post-colonialism'." Williams and Chrisman 291-304.
- McDOUGALL, Russel, and Gillian Whitlock. *Australian/Canadian literatures in English: comparative perspectives*. Melbourne: Methuen, 1987.
- MEMMI, Albert. *The colonizer and the colonized*. Trans. Howard Greenfield. New York: Orion, 1965.
- _____. *Dominated man*. New York: Orion, 1968.
- MISHRA, Vijay, and Bob Hodge. "What is post (-)colonialism?" Williams and Chrisman 276-90.
- MOSS, John G. Editorial. *Journal of Canadian fiction* 3.4 (1975): 1-2.
- MUKHERJEE, Arun P. *Towards an aesthetic of opposition: essays on literature, criticism, and cultural imperialism*. Stradford, ON: Williams, 1988.
- _____. "Whose post-colonialism and whose postmodernism?" *World literature written in English* 30.2 (1990): 1-9.
- NEW, William H. *Among worlds: an introduction to modern Commonwealth and South African fiction*. Erin, ON: Porcupine, 1975.
- PERREAULT, Jeanne. "White feminist guilt, abject scripts, and (other) transformative necessities." *Colour: an issue*. Ed. Roy Miki and Fred Wah. Spec. Issue of *West coast line* 13-14 (1994): 226-38.
- RADHAKRISHNAN, R. "Toward an effective intellectual: Foucault or Gramsci?" *Intellectuals: aesthetics, politics, academics*. Ed. Bruce Robbins. Cultural politics 2. Minneapolis: U. of Minnesota P, 1990. 57-99.
- ROBERTSON, R.T. "Another preface to an uncollected anthology: Canadian criticism in a Commonwealth context." *Ariel* 4.3 (1973): 70-81.
- SLEMON, Stephen. "Reading for resistance in the post-colonial literature." Maes-Jelinek, Petersen, and Rutherford 100-15.
- _____. "Unsettling the empire: resistance theory for the Second World." *World literature written in English* 30.2 (1990): 30-41.
- SLEMON, Stephen, and Helen Tiffin, eds. *After Europe: critical theory and post-colonial writing*. Sydney: Dangaroo, 1989.
- SÖDERLIND, Sylvia. *Margin/alias: language and colonization in Canadian and Québécois fiction*. Toronto: U of Toronto P, 1991.

WILDEN, Tony. *The imaginary Canadian*. Vancouver: Pulp, 1980.
WILLIAMS, Patrick, and Laura Chrisman, eds. *Colonial discourse and post-colonial theory: a reader*. New York: Columbia UP, 1994.

Heterogeneidade enunciativa e renovação do gênero: o *Journal intime* de Nicole Brossard¹

Barbara Havercroft²

Tradução: Adriana Santos Corrêa³

O Diário não me basta. Não me convém.
É uma forma de escrita que exige demais
de mim e não o suficiente daquilo que eu sou.⁴

De todos os subgêneros autobiográficos ou íntimos, o diário talvez ocupe a mais singular das posições. De fato, se tivéssemos continuado a respeitar o principal mandamento desse tipo de escrita, em função de seu caráter essencialmente “pessoal” e secreto, supondo um destinatário primeiro e único — o próprio autor —, seríamos capazes de ler somente o nosso próprio diário. Como constata Françoise Van Roey-Roux, “é, pois, paradoxal que [o diário íntimo] tenha se tornado um gênero literário, já que não deveria haver nem publicação nem leitura desses textos pessoais⁵”. No entanto, vários diários íntimos são publicados, seja a publicação póstuma — no caso de Henriette Dessaulles, por exemplo —, ou em vida, com ou sem o consentimento do autor. Oscilando sobre um lugar incerto entre o privado e o público, “obra narcísica ou documento social”, o diário íntimo apresenta uma “ambigüidade entre o segredo íntimo e a verdade revelada, entre a sinceridade total e a confidência medida, entre o estado de rascunho de vida e o estatuto de obra literária⁶”.

O que pode então parecer estranho à primeira vista é que haja realmente diários íntimos redigidos exclusivamente para a publicação ou ainda para um grande público. Este é o caso do *Journal intime* de Nicole Brossard, encomendado para uma série radiofônica da Radio-Canada e lido ao vivo nos dias 8 e 12 de

¹Publicado por especial permissão da autora e de *Voix et Images*, vol. XXII, n° 1 (64), automne 1996, e de Louise Dupré, Editora. (N.T.) Este artigo faz parte de um projeto intitulado “Les nouvelles formes de l'autobiographie: théories et pratiques”, subvencionado pelo CRSH, ao qual eu agradeço o apoio financeiro. (N.A.)

² UQAM, Montreal, Canadá.

³ Programa de Pós-Graduação-Letras -Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁴Nicole Brossard, *Journal intime ou Voilà donc un manuscrit*, Montreal, Les Herbes rouges, 1984, p. 74. Toda referência a este texto será daqui por diante indicada pela sigla *J*, acompanhada do fôlio. (N.A.)

⁵Françoise Van Roey-Roux, *La littérature intime au Québec*, Montreal, Boréal Express, 1983, p. 21. (N.A.)

⁶Pierre Hébert, com a colaboração de Marilyn Baszczynski, *Le Journal intime au Québec. Structure, Évolution, Réception*, Montreal, Fides, 1983, p. 10. (N.A.)